PAUTA
PARA A 75ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 06 DE AGOSTO DE 2015

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 43, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dispõe sobre a criação da Aglomeração Urbana da Região de Assis - AU-Assis, com sede no Município de Assis.

2 - Projeto de lei Complementar nº 44, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dispõe sobre a criação da Aglomeração Urbana da Região de Presidente Prudente - AU-Presidente Prudente, com sede no Município de Presidente Prudente.

3 - Projeto de lei Complementar nº 45, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dispõe sobre a criação da Aglomeração Urbana da Região de Tupã - AU - Tupã, com sede no Município de Tupã.

4 - Projeto de lei nº 1089, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Acrescenta dispositivos na Lei nº 12.907, de 2008, que consolida a legislação relativa à pessoa com deficiência no Estado de São Paulo.

5 - Projeto de lei nº 1090, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Dispõe sobre a proibição do uso de carros particulares cadastrados em aplicativos para o transporte remunerado individual no Estado.

6 - Projeto de lei nº 1091, de 2015, de autoria do deputado Marcos Neves. Declara de utilidade pública a "Associação Jerusalém Cidade da Paz", em Carapicuíba.

7 - Projeto de lei nº 1092, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Igaratá", naquele Município.

8 - Projeto de lei nº 1093, de 2015, de autoria do deputado Cezinha de Madureira. Institui o Cardápio Dietético nos restaurantes, bares e similares.

9 - Projeto de lei nº 1094, de 2015, de autoria da deputada Beth Sahão. Torna obrigatório o exame para verificar a trombofilia em Postos de Saúde e Hospitais da Rede Pública do Estado.

10 - Moção nº 57, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara do Deputados no sentido de deliberar e aprovar, com a maior urgência, a Proposta de Emenda à Constituição Federal nº 443, de 2009, na forma do Substitutivo apresentado, incluindo as carreiras de Delegado de Polícia Federal e Delegado de Polícia Civil, dos Estados na isonomia com as demais funções essenciais à atividade jurisdicional do Estado.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 41, de 2015, de autoria do Tribunal de Justiça. Altera a Organização e a Divisão Judiciárias do Estado de São Paulo e dispõe sobre a modificação da anexação de Comarcas.

2 - Projeto de lei Complementar nº 42, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Dispõe sobre a incorporação do Adicional por Local de Exercício - ALE aos vencimentos dos servidores dos Quadros do Magistério e de Apoio Escolar.

3 - Projeto de lei nº 1084, de 2015, de autoria do deputado Léo Oliveira. Dispõe sobre a sinalização de locais inseridos na zona de recarga direta do Aquífero Guarani no Estado.

4 - Projeto de lei nº 1085, de 2015, de autoria do deputado Jorge Caruso. Inclui no Calendário Oficial do Estado, durante a Semana Nacional de Trânsito, nas Escolas Estaduais, o Programa de Conscientização dos Direitos da Pessoa Idosa.

5 - Projeto de lei nº 1086, de 2015, de autoria do deputado Milton Vieira. Dispõe sobre a instituição do Programa de Conscientização, Reaproveitamento,

Doação e Distribuição de Medicamentos para a População no âmbito do Estado.

6 - Projeto de lei nº 1087, de 2015, de autoria do deputado Igor Soares. Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado de São Paulo a Romaria de Itapevi a Pirapora do Bom Jesus.

7 - Projeto de lei nº 1088, de 2015, de autoria da deputada Célia Leão. Declara de utilidade pública a "Associação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos de Campinas e Região - AAPICAMP", naquele Município.

8 - Moção nº 55, de 2015, de autoria do deputado Igor Soares. Aplaude o radialista Fábio Teruel pelo importante trabalho difusor da fé e otimismo que incendeia de esperança o coração de todos aqueles que são tocados por suas mensagens motivadoras.

9 - Moção nº 56, de 2015, de autoria do deputado Igor Soares. Aplaude a "Associação Cultural e Esportiva de Itapevi - ACEI" pelos seus 60 anos de fundação.

4ª Sessão

1 - Projeto de resolução nº 22, de 2015, de autoria da Mesa. Dispõe sobre o reenquadramento de cargos do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa - QSAL.

2 - Projeto de resolução nº 23, de 2015, de autoria da Mesa. Altera dispositivos da Resolução nº 859, de 2008, que dispõe sobre a concessão de licença-prêmio.

3 - Projeto de lei Complementar nº 39, de 2015, de autoria da Mesa. Dispõe sobre o detalhamento de cargos do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa - QSAL.

4 - Projeto de lei Complementar nº 40, de 2015, de autoria do deputado Jorge Caruso. Dispõe sobre a compensação com créditos de precatórios expedidos junto a débitos inscritos em Dívida Ativa.

5 - Projeto de lei nº 1059, de 2015, de autoria do deputado Caio França. Ficam os estabelecimentos comerciais do tipo supermercados, hipermercados e congêneres que comercializam produtos alimentícios recomendados para pessoas portadoras de intolerância à lactose e doença celíaca obrigados a acomodar tais produtos em exibição única, específica e de destaque.

6 - Projeto de lei nº 1060, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Inclui no Calendário Turístico do Estado a Romaria de São Miguel Arcanjo, a qual se inicia no Município de São Miguel Arcanjo com destino a Iguape.

7 - Projeto de lei nº 1061, de 2015, de autoria do deputado Celso Nascimento. Determina o uso de energias renováveis na geração de calor em edificações novas de propriedade do Estado.

8 - Projeto de lei nº 1062, de 2015, de autoria do deputado Davi Zaia. Inclui no Calendário Turístico do Estado a "Festa de Santo Antônio de Cosmorama", naquele Município.

9 - Projeto de lei nº 1063, de 2015, de autoria do deputado Gil Lancaster. Institui a "Semana de Prevenção e Combate a Catarata".

10 - Projeto de lei nº 1064, de 2015, de autoria do deputado Gil Lancaster. Autoriza o Poder Executivo a conceder isenção do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente sobre a venda de bicicletas novas no Estado.

11 - Projeto de lei nº 1065, de 2015, de autoria do deputado Gil Lancaster. Dispõe sobre a colocação de brinquedos para pessoas com deficiência em parques, praças e outros locais públicos que são destinados à prática de esportes e lazer.

12 - Projeto de lei nº 1066, de 2015, de autoria do deputado Gil Lancaster. Torna obrigatória a inclusão na grade curricular das escolas do Ensino Médio e Fundamental do Estado matéria específica denominada "Uso Racional da Água".

13 - Projeto de lei nº 1067, de 2015, de autoria do deputado Gil Lancaster. Torna obrigatória a inserção de mensagens educativas sobre o uso indevido das drogas e substâncias entorpecentes durante shows, eventos culturais e esportivos voltados para o público infantojuvenil realizados no Estado.

14 - Projeto de lei nº 1068, de 2015, de autoria do deputado Luiz Carlos Gondim. Dispõe sobre o plantio obrigatório de árvores em novos empreendimentos imobiliários, públicos ou privados, comerciais ou industriais no Estado.

15 - Projeto de lei nº 1069, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Dispõe sobre a instalação de banheiros químicos nos eventos ao ar livre no Estado.

16 - Projeto de lei nº 1070, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Dispõe sobre a instalação de sistemas de conservação e uso racional da água nos edifícios públicos do Estado.

17 - Projeto de lei nº 1071, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Dispõe sobre a veiculação de informações sobre pessoas desaparecidas nos sítios eletrônicos oficiais da administração direta indireta e fundacional do Estado.

18 - Projeto de lei nº 1072, de 2015, de autoria do deputado Barros Munhoz. Dá a denominação de "João Elias Margutti" à ETEC de Santa Cruz das Palmeiras.

19 - Projeto de lei nº 1073, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Autoriza o Poder Executivo a criar a "Editora Estadual".

20 - Projeto de lei nº 1074, de 2015, de autoria da deputada Maria Lúcia Amary. Dispõe sobre o controle de água potável distribuída pela rede pública estadual.

21 - Projeto de lei nº 1075, de 2015, de autoria do deputado Caio França. Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado a "Feira da Pupunha e do Agronegócio do Vale do Ribeira", em Juquiá.

22 - Projeto de lei nº 1076, de 2015, de autoria da deputada Vanessa Damo. Dá a denominação de "Henrique Bertin" ao túnel localizado no km 96,5 do Rodoanel Mario Covas - SP 021, em Ribeirão Pires.

23 - Projeto de lei nº 1077, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Autoriza o Poder Executivo a instituir, em caráter permanente, no âmbito da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, a Coordenadoria de Promoção de Políticas de Combate à Intolerância e Defesa do Direito da Liberdade Religiosa.

24 - Projeto de lei nº 1078, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Inclui no Calendário Turístico do Estado o "Encontro Brasileiro de Autos Antigos", em Águas de Lindóia.

25 - Projeto de lei nº 1079, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Declara de utilidade pública a "Associação dos Diabéticos de Ilha Solteira - ADIS", naquele Município.

26 - Projeto de lei nº 1080, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Institui a Semana Estadual "Todos contra a Pedofilia".

27 - Projeto de lei nº 1081, de 2015, de autoria do deputado Coronel Telhada. Inclui no Calendário Turístico do Estado o "Evento Anime Friends", na Capital.

28 - Projeto de lei nº 1082, de 2015, de autoria do deputado José Américo. Dispõe sobre a obrigatoriedade do cadastramento de senha para a emissão e entrega de conta detalhada de Serviço Móvel Celular, pré ou pós-pago, bem como do cadastramento de uma senha pessoal e intransferível, para assegurar o direito a privacidade e sigilo das informações.

29 - Moção nº 51, de 2015, de autoria do deputado Igor Soares. Apela ao Senhor Presidente do Senado, bem como aos Senhores Líderes Partidários no Congresso Nacional e demais Senadores, no sentido de efetivarem as providências cabíveis, urgentes e necessárias à votação e aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2015, que altera o anexo II da Lei nº 11.416, de 2006, Plano de Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União.

30 - Moção nº 52, de 2015, de autoria do deputado Ed Thomas. Apoia a aprovação do projeto final de implantação do curso de Medicina em Dracena, protocolado no Conselho Estadual de Educação (CEE/SP) em 25 de junho do corrente, pela Unifadra, mantida pela Fundec.

31 - Moção nº 53, de 2015, de autoria do deputado Orlando Bolçone. Apela para a Sra. Presidenta da República a fim de que se digne, através dos órgãos competentes, determinar o fim do uso de gordura trans nos alimentos e óleos industrializados.

32 - Moção nº 54, de 2015, de autoria do deputado Luiz Carlos Gondim e outros. Apela para a Sra. Presidenta da República a fim de que determine a adoção das medidas necessárias visando a prorrogação por um prazo mais dilatado do início da vigência da Lei 13.019/2014, que cria o denominado "Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil".

5ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 37, de 2015, de autoria do deputado Raul Marcelo. Altera a Lei Complementar nº 893, de 2001, que institui o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar.

2 - Projeto de lei Complementar nº 38, de 2015, de autoria do deputado Jorge Caruso. Propõe a inclusão do parágrafo único no artigo 19 da Lei nº 1817, de 1978, que estabelece os objetivos e as diretrizes para o desenvolvimento industrial metropolitano e disciplina o zoneamento industrial, a localização, a classificação e o licenciamento de estabelecimentos industriais na Região Metropolitana da Grande São Paulo.

3 - Projeto de lei nº 1056, de 2015, de autoria do deputado Jorge Caruso. Classifica Manduri como Município de Interesse Turístico.

4 - Projeto de lei nº 1057, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Classifica Ibirarema como Município de Interesse Turístico.

5 - Projeto de lei nº 1058, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Declara de utilidade pública o "Centro Azul de Doação e Igualdade", em Mogi das Cruzes.

Em pauta por 3 (três) sessões para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o item 1 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno (Urgência).

2ª Sessão

Projeto de lei nº 1083, de 2015, de autoria do Sr. Governador. Aprova o Plano Estadual de Educação de São Paulo e dá outras providências.

Em pauta por 1 (uma) sessão para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 2º do artigo 227 do Regimento Interno (Redação).

1ª Sessão

Projeto de lei Complementar nº 6, de 2013, de autoria do Tribunal de Justiça. Dispõe sobre a criação e extinção de cargos no Quadro do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Parecer nº 626, de 2015, da Comissão de Justiça e Redação.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º

do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 1005, de 2011, de autoria do deputado Alencar Santana Braga. Dá a denominação de "Vereador Rodrigo da Cruz França" à estação ferroviária de Franco da Rocha.

2 - Projeto de lei nº 1181, de 2011, de autoria do deputado Itamar Borges. Dá a denominação de "Domingos Gallego Dias" ao viaduto localizado no km 478+166 da rodovia Euclides da Cunha - SP 320, em Tanabi.

3 - Projeto de lei nº 111, de 2012, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Dá a denominação de "Pedro Bortolote" ao viaduto OAE - 306, localizado no km 520+400 da Rodovia Euclides da Cunha - SP 320, em Votuporanga.

4 - Projeto de lei nº 694, de 2012, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Dá a denominação de "Altino Ferreira" ao viaduto localizado no km 521+630m da Rodovia Euclides da Cunha - SP 320, em Votuporanga.

5 - Projeto de lei nº 734, de 2012, de autoria do deputado Hélio Nishimoto. Dá a denominação de "Vereador João Bento Rangel" ao viaduto localizado no km 39 da Rodovia dos Tamoios, em Paraibuna.

6 - Projeto de lei nº 906, de 2013, de autoria do deputado Francisco Campos Tito. Dá a denominação de "Alcione Aparecida Fernandes Pereira" ao viaduto situado no km 109 da Rodovia Anhanguera - SP 330, em Sumaré.

7 - Projeto de lei nº 98, de 2014, de autoria do deputado Hélio Nishimoto. Dá a denominação de "Agricultor José Benedicto Vilhena" ao viaduto localizado no km 44 da Rodovia dos Tamoios, em Paraibuna.

8 - Projeto de lei nº 785, de 2014, de autoria do deputado Campos Machado. Dá a denominação de "Avelino Gava" à rotatória localizada no km 1,80 m da Via de Acesso Antonio Benedito Paschoal - SPA 111/215, que dá acesso ao Município de Descalvado pela Rodovia SP - 215.

9 - Projeto de lei nº 910, de 2014, de autoria do deputado Edmir Chedid. Dá a denominação de "Senador Paulo Abreu" ao complexo viário localizado no acesso à Rodovia SP 065, km 101,95 da Rodovia Dom Pedro I (SP-065), em Itatiba.

10 - Projeto de lei nº 1162, de 2014, de autoria do deputado Roberto Morais. Dá a denominação de "Antenor Soave" ao viaduto localizado no km 150+100m da Rodovia Comendador Mario Dedini - SP 308, em Rio das Pedras.

11 - Projeto de lei nº 1299, de 2014, de autoria do deputado Pedro Tobias. Dá a denominação de "Gil Athayde de Carvalho" ao viaduto que é parte integrante do dispositivo de retorno localizado no km 418 da Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros - SP 294, em Garça.

12 - Moção nº 11, de 2002, de autoria do deputado Milton Vieira. Apela ao Sr. Presidente da República, a fim de destinar vinte e cinco por cento da arrecadação em multas de trânsito a hospitais públicos e entidades filantrópicas que prestam atendimento a crianças, idosos e deficientes físicos.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 277, de 2015, de autoria da deputada Célia Leão. Altera a Lei nº 14.565, 2011, para reproduzir o novo nome da entidade ali mencionada, "Centro de Terapia da Dor e Cuidados Paliativos Lo Tedhal".

2 - Projeto de lei nº 334, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Declara de utilidade pública a "Associação Cultural Fazendas Fama - ACFF", em Ourinhos.

3 - Projeto de lei nº 383, de 2015, de autoria do deputado Celino Cardoso. Dá a denominação de "Robélia Aparecida Vasconcelos Santos Catelli" ao CAPS II Brasilândia, na Capital.

4 - Projeto de lei nº 422, de 2015, de autoria do deputado Roberto Morais. Declara de utilidade pública a "Associação Ilumina", em Piracicaba.

5 - Projeto de lei nº 527, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Declara de utilidade pública a "Associação Teodorense Recuperando Vidas - ATREV", em Teodoro Sampaio.

6 - Projeto de lei nº 528, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Declara de utilidade pública o Centro de Convivência da Terceira Idade "Terra das Garças", em Guaratinguetá.

7 - Projeto de lei nº 617, de 2015, de autoria do deputado Edson Giriboni. Declara de utilidade pública o "Instituto Adhara", em Cotia.

8 - Projeto de lei nº 645, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Declara de utilidade pública a "Associação Beneficente Doce Lar", em Mogi das Cruzes.

9 - Projeto de lei nº 666, de 2015, de autoria do deputado Aldo Demarchi. Declara de utilidade pública a "Associação Cultural, Recreativa, Esportiva Beneficente - ACRED", em Ipeúna.

10 - Moção nº 24, de 2015, de autoria do deputado Antonio Salim Curiati. Apela para o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes dos partidários, a fim de que empreendam esforços para que o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009 (tramitando na Câmara dos Deputados sob nº 8045, de 2010), que revoga o atual Código de Processo Penal Brasileiro (Decreto-Lei nº 3.689, de 1941) e institui um novo, seja apreciado e aprovado com a maior brevidade possível.

11 - Moção nº 28, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Apela para os Srs. Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para que a Proposta de Emenda à Constituição nº 10/2011, que institui a obrigatoriedade de elaboração e cumprimento do plano de metas pelo Poder Executivo municipal, estadual e federal, com base nas propostas da campanha eleitoral, seja apreciado e aprovado com a máxima brevidade possível.